

ENTRE A ESCRIVIVÊNCIA E A DOCÊNCIA: FORMAÇÃO HUMANA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE UMA EDUCADORA NEGRA

Sabrina Kelly Souza Araújo¹

¹ Graduanda em Letras pela Universidade Federal do Ceará, sabrinaksaraujo@alu.ufc.br

Introdução

Assumo a narrativa (auto)biográfica como método de pesquisa e como retomada de herança: narrar minha trajetória não funciona como adorno, mas como produção de conhecimento partindo de uma perspectiva negra sobre o meio educacional. Tomo a escrevivência, conforme conceituada por Conceição Evaristo (2009), como chave analítica para afirmar que ler, escrever e ensinar não são práticas neutras, pois emergem de corpos situados e de memórias atravessadas por raça, classe, gênero, sexualidade e território.

Em “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”, Evaristo (2009) defende a existência de um corpus literário afro-brasileiro marcado por subjetividades negras e contesta a falsa universalidade que apaga essas vozes desde o início da formação do Brasil. No mundo literário, ao pensar a autoria, lembra que o ponto de vista do texto não se separa da experiência de quem escreve, sobretudo quando essa autoria habita um “corpo-mulher-negra em vivência” (Evaristo, 2009). Ao deslocar essa reflexão para o campo da educação, entendo que a formação docente possui um espaço de construção gradativa e tensionada: se constituindo entre o que a instituição transmite e aprova e o que a experiência exige. Assim, ao considerar a educação como prática emancipadora quando potencializada, em diálogo com Paulo Freire (1996), torna-se possível colocar a docência como espaço de construção de consciência crítica e transformação social.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a escrevivência e a docência emancipadora se articulam em dois territórios formativos, o estágio supervisionado em Língua Portuguesa e a alfabetização de jovens e adultos em territórios periféricos, evidenciando leitura e escrita como práticas políticas de formação humana e de produção de saber.

Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa de inspiração (auto)biográfica, baseada em registros reflexivos (caderno de campo, memórias de formação, planejamentos, relatórios de estágio) e em análise interpretativa de episódios vividos nesses diversos espaços ligados à vivência docente. Sigo a pesquisa (auto)biográfica como dispositivo formativo, no qual a narrativa de si produz inteligibilidade sobre o fazer docente e sobre processos de humanização (Passeggi, 2011). Com Larrosa (2002), compreendo experiência como aquilo “que nos passa” e nos transforma, por isso, é necessário analisar não apenas minhas ações em sala de aula, mas o que me acontece ao ensinar, mediar leitura e aprender com meus interlocutores. Desse modo, as vivências Os episódios são descritos, reconstituídos e interpretados à luz de três eixos: memória formativa, mediação (condições de autoria) e aquilombamento (vínculos que sustentam permanência e produção de saber).

Resultados e discussão

Minha formação docente se constrói na travessia entre duas “salas”: a sala de aula escolar (estágio) e a sala improvisada do território (alfabetização). Em todas, retorno a uma pergunta insistente: quem tem o direito de significar e de ser reconhecido como produtor de saber?

No estágio supervisionado em Língua Portuguesa, atuo no Laboratório de Redação e na regência com foco no texto dissertativo-argumentativo, totalmente orientado por demandas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Nos atendimentos individualizados e nas aulas, observo que muitas dificuldades de escrita não são apenas “linguísticas”; são memórias escolares de punição e vergonha. Quando a escrita é ensinada como prova, esta vira ameaça, o estudante escreve para não errar, e não para comunicar alguma opinião, o texto deixa de ter significados e vira apenas um Frankenstein de signos linguísticos, junção de partes aleatórias e sem sentido específico para a escolha das partes, apenas interessa o produto, ou seja, o texto dentro desses moldes exigidos. Minha mediação desloca o erro do lugar da culpa para o da reelaboração, trabalhando reescrita, leitura de textos-modelo e conversa sobre escolhas argumentativas. Ao tratar texto como interação, compreendo que produzir sentido depende de condições de produção, interlocução e reescrita (Koch; Elias, 2009). Esse deslocamento é também autobiográfico: ao reconhecer no medo do aluno ecos de uma escola que regula vozes, sou convocada a ensinar escrita como autoria e não como submissão.

Na alfabetização de jovens e adultos em territórios periféricos, a docência se apresenta como encontro radical. A palavra não começa na cartilha, começa no cotidiano: trabalho precário, maternidades exaustas, violências, racismo e, simultaneamente, tecnologias de sobrevivência. Freire afirma: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 1987). Na prática, isso se traduz em rodas de conversa, geralmente partindo de uma palavra geradora que nos instiga a debater e aprender novos conceitos, letras e histórias, além disso, a produção de textos que nascem de experiências e necessidades, individuais ou coletivas, como por exemplo escrever uma carta à um colega de sala ou uma lista de desejos para viver em sala de aula. Alfabetizar torna-se leitura do mundo: escrever o próprio nome se conecta a escrever a própria história, os próprios sentimentos. Nessa cena, minha docência deixa de ser “explicação” e passa a ser coautoria, aprendo que o ato de ensinar só se sustenta quando também me deixo escutar e ensinar.

Ao colocar lado a lado os dois campos, percebo que a escrevivência não é apenas conceito literário, é chave de formação docente. Se, em Evaristo, a escrita nasce quando “o lápis era um graveto” e “o papel era a terra lamacenta” (Evaristo, 2007), na minha prática a docência nasce quando escola e território viram páginas disputadas. Em todos os espaços e tempos, confirmo hooks: “a sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um lugar de possibilidades” (hooks, 2013). Aqui, a pedagogia engajada de hooks dialoga com Freire: ensinar exige presença, escuta e crítica, porque a neutralidade, que sabemos ser inexistente, tende a favorecer o status quo. Essa possibilidade, porém, não é espontânea: ela se constrói ao tensionar o ensino tradicional que domestica a voz e pode se emancipar ao afirmar a leitura e a escrita como atos políticos, principalmente a grupos historicamente marginalizados.

Conclusão

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Minha trajetória evidencia que a formação docente não se resume à aquisição de métodos: ela é uma política de memória e de pertença. Assumir a escrevivência como chave metodológica significa reconhecer que ensinar envolve autorizar sujeitos a escreverem e lerem a si e ao mundo, como sugere Paulo Freire., e, por consequência, autorizar que a própria universidade seja reescrita por vozes interditas ao longo da construção social. Isso implica disputar currículos, cânones e critérios de validação do que conta como conhecimento, sem abrir mão do rigor, mas recusando a exclusão. Docência emancipadora não é a que promete “salvar” ninguém, mas a que cria condições de fala, escuta e reescrita coletiva. Se a formação humana acontece quando a educação se compromete com liberdade, então meu compromisso é fazer da docência uma prática que desloca o centro do saber e incomoda consensos: “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa-grande’, e sim para incomodá-los” (Evaristo, 2007).

Palavras-chave: escrevivência. docência emancipadora. narrativas (auto)biográficas. aquilombamento. formação docente.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen; Sueli Carneiro, 2019.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 369-386, 2011.